

Sistematização tem sessão tumultuada

Uma emenda com conteúdo idêntico a outra emenda já votada e rejeitada, deve ser colocada novamente em votação? O bom senso diz que não, mas isto já aconteceu várias vezes na Sistematização, a despeito dos frequentes discursos em defesa da agilização dos trabalhos.

Os autores de destaques que insistem em ter suas emendas iguais a outras rejeitadas votadas novamente argumentam que elas são importantes e apoiam-se no documento que regulamenta a votação para exigir isso.

Na sessão de ontem da Sistematização, que votou quatro destaques e não aprovou qualquer modificação, grande parte do tempo foi gasto na discussão deste dispositivo do regulamento da Sistematização. A questão chegou a provocar uma discussão entre o líder do PCB, deputado Roberto Freire, e o deputado Aldo Arantes PC do B-GO).

Aldo Arantes insistia na votação de emenda sua igual à de Lula, rejeitada no dia anterior 54 a 38 votos. Roberto Freire pediu à Mesa para registrar que a votação daquela emenda era "evidente perda de tempo" e Aldo Arantes pro-

testou irritado, dizendo que não poderia aceitar, "em nome da liderança de seu PC", aquelas críticas.

Os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Fernando Henrique (PMDB-SP), ao passarem pela presidência da Mesa, garantiram que tentariam mudar este dispositivo para que prevalecesse o bom senso. "Vamos tentar mudar. Mas como esta decisão não foi da Mesa, e sim das lideranças, não queremos nos sobrepor a ela", justificou Fernando Henrique.

A emenda de Aldo Arantes, rejeitada por 62 a 24 votos, pretendia retirar o avanço tecnológico da lista de fatos que permitem a demissão por justa causa. Esta supressão foi novamente colocada em votação pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), e mais uma vez rejeitada, por 49 votos a 39.

A última tentativa de modificar o texto de Cabral sobre estabilidade partiu do deputado Afif Domingos (PL-SP), que insistiu na votação da emenda de Francisco Dornelles, derrotada por 83 votos a 9. Dornelles sugeria a substituição da estabilidade por uma indenização para o trabalhador demitido sem

justa causa depois de pelo menos um ano no emprego.

O último destaque votado na sessão, do deputado Carlos Sant'Anna, sugeria a substituição da expressão "salário mínimo nacionalmente unificado" por "piso nacional de salário unificado", e foi derrotado por 55 votos a 21. Embora a votação simbólica pedida pelo relator Bernardo Cabral indicasse que a emenda de Sant'Anna não tinha qualquer chance de aprovação, o líder do governo insistiu que fosse feita a chamada nominal.

Os trabalhos de ontem foram atrasados por uma sucessão de questões de ordem e comentários absolutamente desnecessários, além das votações inúteis. O deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) chegou a usar a tribuna por quase cinco minutos para justificar sua ausência no dia anterior, quando foi substituído pelo suplente Afif Domingos.

— Fui a Petrópolis velar o corpo de um grande companheiro. Pouca coisa pude fazer além de jogar algumas flores sobre o seu túmulo. Mas não podia deixar de enterrar o meu grande amigo Ricardo Otelo — disse.